

Motta proíbe comissões em decisão polêmica

Oposição alega que recesso não é oficial por causa da LDO

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), suspendeu nesta terça-feira (22), realização de reuniões de comissões na Casa até o final do recesso parlamentar na Casa, em 1º de agosto. Aliados de Jair Bolsonaro planejavam sessões das comissões que presidem para manter o foco político da defesa do ex-presidente.

Com a determinação, Motta virou alvo de críticas de congressistas da oposição, que passaram a criticá-lo e acusá-lo de ser conivente com as decisões cautelares do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e de tentar prejudicar a direita.

Pouco antes da decisão de Motta, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na Câmara dos Deputados agendou uma sessão para votar uma moção de solidariedade ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Após ser comunicado da decisão do Motta, o presidente da Comissão de Segurança Pública, Paulo Bilynskyj (PL-SP), destacou que o recesso parlamentar decretado por Hugo Motta e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), não pode ser considerado oficial porque a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ainda não definiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. A necessidade de aprovação da LDO para que haja o recesso no meio do ano está prevista no Artigo 7º do Regimento Comum do Congresso.

“O recesso parlamentar somente ocorre quando a LDO é



Lula Marques/Agência Brasil

Oposição criticou duramente Motta por sua decisão

votada. Essa votação ainda não aconteceu. Nós estamos em um recesso branco. Durante esse período é possível a convocação das reuniões nas comissões”, reiterou o parlamentar.

Alternativas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, deputado Filipe Barros (PL-PR), destacou que, mesmo com o recesso parlamentar, esses parlamentares da oposição continuarão se reunindo para discutir alternativas no Congresso Nacional para defender o ex-presidente e temas relacionados – como o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017, que extingue o foro especial por prerrogativa de função em casos de crime comum.

Na sessão, o líder do PL na Câmara, deputados Sóstenes Cavalcante (RJ), classificou a decisão de Motta como “antiregimental e ilegal” porque Hugo Motta e o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes (PL-RJ), estão fora do Brasil, e portanto, segundo Sóstenes eles deveriam “se submeter ao então presidente em exercício” da Casa, deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA).

“A censura chegou começando pela caneta do ministro Alexandre de Moraes. A censura continua numa decisão ilegal e antirregimental. Me sinto amordaçado numa Casa que deveria ser do povo”, disse o líder do PL.

Diante disso, a comissão aprovou uma moção de louvor ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Porém, a decisão não é considerada legal, visto que a sessão ocorreu fora dos termos regimentais e não foi, portanto, oficial.

Centrão

As reuniões dos parlamentares aliados a Jair Bolsonaro contaram com a presença de 57 parlamentares da oposição (55 deputados federais e dois senadores). Apesar do número ser baixo em comparação aos 513 deputados federais, é o suficiente para formar o quórum necessário para votações nas comissões (25 deputados). Nos bastidores, circula que Hugo Motta tentou negociar uma pausa nas comissões, sem sucesso, e então publicou o documento vetando as reuniões. Com isso, levanta-se o questionamento se o Centrão, grupo ao qual Motta é vinculado, estaria buscando se desvencilhar de Jair Bolsonaro.

Contudo, ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avalia que “o Centrão não está nem colado, nem descolado de Jair Bolsonaro”.

“Ele é, antes de tudo, o próprio centro gravitacional do Congresso: pragmático”.

PF investiga segundo suplente de Davi Alcolumbre

Por Karoline Cavalcante

Em operação deflagrada nesta terça-feira (22) pela Polícia Federal (PF) em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), o empresário Breno Chaves Pinto — segundo suplente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) — tornou-se um dos principais alvos de um suposto esquema criminoso de direcionamento de licitações e desvio de recursos públicos federais vinculados a contratos de manutenção e recuperação da rodovia BR-156, no Amapá. Natural de Imperatriz (MA), Breno, de 38 anos, é sócio da empreiteira LB Construções, uma das empresas que teriam sido beneficiadas por contratos com a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Amapá (DNIT/AP). De acordo com a PF, as investigações — batizadas de Operação Route 156 — apontam para a existência de uma organização criminosa estruturada no âmbito do DNIT/AP. O grupo teria fraudado o caráter competitivo de pelo menos quatro pregões eletrônicos, que somam mais de R\$ 60 milhões em contratos.

Investigações

Ao todo, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão expedidos pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alcolumbre nega envolvimento com o caso

ria do Amapá. As ordens foram executadas em seis endereços no Amapá, três em Minas Gerais, um no Mato Grosso do Sul e um no Amazonas. A Justiça também determinou o afastamento cautelar, por dez dias, do superintendente do DNIT no estado, Marcello Vieira Linhares, e de uma servidora, ambos suspeitos de envolvimento direto no esquema.

Durante as diligências em Nova Lima (MG), a PF apreendeu três veículos da marca Porsche, além de 13 quadros atribuídos a artistas como Guignard e Portinari, joias e relógios de luxo. Já em uma das

buscas realizadas em Macapá, foram encontradas três pistolas, um fuzil calibre .556 e aproximadamente 250 munições. O investigado, que possui registro de Colecionador, Atirador e Caçador (CAC), deverá ter o certificado cassado.

A Justiça também ordenou o bloqueio judicial de bens e valores dos investigados, no total de R\$ 8 milhões — montante que, segundo os investigadores, corresponde a saques em espécie e movimentações financeiras consideradas atípicas.

Os envolvidos poderão responder, na medida de suas participações, pelos crimes de

fraude à licitação, organização criminosa, prevaricação, violação de sigilo funcional, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

Alcolumbre

O DNIT, por sua vez, declarou que suas instâncias de integridade estão apurando os fatos e que adotará as medidas administrativas cabíveis. “O Departamento repudia qualquer prática fraudulenta ou ato de corrupção e conta com uma Política Antifraude e Anticorrupção que, entre outros aspectos, deixa clara essa premissa. O DNIT está em permanente contato com os órgãos de controle e reafirma que pauta sua atuação dentro da legalidade e lisura, respeitando todos os princípios éticos da administração pública”, informou, em nota oficial.

Apesar da proximidade entre o investigado e o presidente do Senado, o Ministério Público Federal (MPF) não identificou indícios de envolvimento de Alcolumbre no caso. Em nota à imprensa, o senador negou qualquer vínculo com as empresas mencionadas na investigação ou com a atuação de seu suplente. “Alcolumbre reitera seu respeito às instituições e entende que todos os envolvidos devem prestar os devidos esclarecimentos à Justiça, respeitado o devido processo legal”, afirmou por meio de sua assessoria.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Romeu Zema diz ter aval de Jair Bolsonaro

Cansados de esperar, governadores se lançam

O lançamento da pré-candidatura de Romeu Zema (Novo) à Presidência da República reforça que a direita decidiu não esperar por uma definição de Jair Bolsonaro e de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo (Republicanos).

Ao anunciar o evento, a ser realizado no dia 16, o governador de Minas imita o gesto do colega de Goiás, Ronaldo Caiado

(União Brasil) e trata de ocupar espaços.

Zema diz ter autorização do ex-presidente para se lançar candidato. No PL, o jogo faz sentido, apesar da insistência de Bolsonaro, ilegível, em dizer que participará da disputa.

A busca de apoio do voto mais radical tende a aumentar a solidariedade dos pré-candidatos ao ex-capitão, ameaçado de ser condenado e preso.

Rede

Como ressalta um bolsonarista: Tarcísio, Zema, Caiado e o governador do Pará, Ratinho Júnior (PSD) — outro que quer a Presidência — são de partidos diferentes, o que, em tese, fortalece a frente de solidariedade a Bolsonaro e enfraquece o respaldo a Lula.

Dono de votos

Ao permitir as candidaturas e ao não se comprometer com nenhuma delas, Bolsonaro fica também em posição favorável para negociar seu apoio. Este respaldo seria condicionado à colocação da mulher, Michele, ou de um filho na vaga de vice-presidente.

Rosinei Coutinho/STF



Fux citou americano: risco de “informações nocivas”

Fux já defendeu relativização da liberdade de imprensa

O ministro Luiz Fux, que esta semana classificou a liberdade de expressão de “cláusula pétrea”, defendeu, em 2018, a “relativização excepcional da liberdade de imprensa”.

Ao cassar uma decisão do então colega Ricardo Lewandowski, que autorizara uma entrevista do então ex-presidente Lula (que estava preso em

Curitiba), Fux citou o jurista norte-americano Richard Posner.

Ao justificar a proibição da entrevista à Folha de S. Paulo, Fux afirmou que Posner “já defendia a necessidade de regulação da liberdade de expressão, sempre que remediar de forma eficiente os riscos de divulgação de informações nocivas”.

Censura

Mas, na última segunda, ao votar contra as sanções aplicadas a Jair Bolsonaro — que incluem restrição de uso de redes sociais —, Fux adotou a defesa irrestrita da liberdade de expressão. Em seu voto, chegou a citar o ex-colega Celso de Mello, que falou em “censura estatal”.

Banimento

Em trechos não citados por Fux, Mello foi mais contundente. Para ele, “toda e qualquer decisão que determine recolhimento ou impedimento de publicação de material jornalístico constitui censura”. Frisou que a censura “foi banida do ordenamento jurídico brasileiro”.

Votos de Mello

Ressaltou que, em casos que tratavam de proibição ou remoção de conteúdos, Mello fez defesas enfáticas da liberdade. Para o então ministro, magistrados não poderiam adotar “prática judicial inibitória (...) da liberdade constitucional de expressão e de comunicação”.

Novo pediu

Em setembro de 2018, na condição de presidente em exercício do STF, Fux proibiu a divulgação da entrevista com Lula mesmo que ela já tivesse sido feita. Ele atendeu a um pedido do Novo: para o partido, a publicação poderia interferir na eleição presidencial.